

~~1) Entre 1940 e 1990 os movimentos organizados pelos trabalhadores rurais no Brasil encontraram a resistência ora por parte dos agentes do Estado ora por parte~~

SEM EFEITO

9) Entre 1940 e 1990 os trabalhadores rurais se organizaram politicamente em torno de pontos próprios, mas ~~em~~ enfrentaram forte resistência dos grandes produtores rurais e latifundiários que contavam ora mais, ora menos, com a conivência dos agentes do Estado. Os direitos trabalhistas conquistados durante os governos Vargas não foram estendidos para os trabalhadores rurais que na maioria dos casos estavam sujeitos às arbitrariedades dos grandes produtores. Além disso, os trabalhadores do campo eram vítimas da concentração fundiária no país e muitas vezes não eram capazes de viver do trabalho em sua própria terra.

Diante dessa situação no final dos anos 1950 surge no nordeste brasileiro o primeiro movimento político organizado dos trabalhadores rurais. Sob a liderança de Francisco Julião, as Ligas Camponesas organizaram diversas manifestações nas áreas rurais e em alguns casos até em centros urbanos, reivindicando o fim da exploração no campo. Entre suas demandas contavam-se a reforma agrária, o fim da violência dos latifundiários e grandes fazendeiros contra os pequenos agricultores, ~~uma~~ a elaboração de legislação trabalhista específica para os trabalhadores rurais observando-se as peculiaridades do trabalho no campo e o amparo estatal para a agricultura familiar. Entre suas metas participaram em greves gerais e ocupação de latifúndios improdutivos, as Ligas Camponesas tiveram uma atuação autônoma em relação ao Estado, embora os trabalhadores rurais tenham ajudado a eleger deputados favoráveis à sua causa. Não atuavam como partido, mas suas lideranças não se abstiveram de buscar as vias institucionais para garantia de êxito.

No entanto, a repressão pós-1964 enfraqueceu o movimento. Os líderes das Ligas Camponesas foram em muitos casos presos, exilados ou assassinados. Os deputados favoráveis ao projeto de <sup>uma</sup> reforma agrária profunda, em geral membros do PTB, tiveram seus mandatos cassados. A criação do INCRA em 1966 não foi acompanhada por uma reforma ~~agrária~~ que transformasse a estrutura agrária concentrada do país. Além disso, o projeto desenvolvimentista do regime militar resultou em investimentos do Estado no agronegócio de grande porte. Por ainda, em resposta à crise do petróleo o programa pró-álcool contribuiu ainda mais para a concentração fundiária.

Nos anos 1980, diante da iminente abertura política do Brasil, surge

1) um novo movimento dos trabalhadores rurais, o MST. Paralelamente à redemocratização política, o MST exigiu a democratização da terra. Suas lutas são em muitos casos semelhantes às das Ligas Camponesas, o que retrata a permanência das desigualdades no campo. A participação de representantes do MST na constituinte de 1988, assegurou uma legislação trabalhista para o trabalhador rural, a exigência de comprovação de raça social sobre a propriedade agrícola como uma forma de combater o latifúndio, assim como ~~o~~ ~~Estado~~ o Estado se comprometer com a efetiva reforma agrária. Os desafios, no entanto, são muitos. O MST enfrentou resistência dentro e fora das instituições do Estado, com a formação de um partido dos ruralistas atuando no Congresso e devido aos atos de violência cometidos contra posseiros e trabalhadores, cujos culpados contam com a conivência dos agentes do Estado na grande maioria das vezes.

2) As relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII foram caracterizadas pela lógica mercantilista e pela reprodução das relações políticas de Antigo Regime. Com seus domínios na América e suas possessões na África, a Coroa Portuguesa reproduzia os costumes tradicionais de administração e de trato com os cortes e esperava em troca organizar um extenso comércio lucrativo através do controle de regiões da costa africana e do exclusivismo comercial com o Brasil.

Politicamente, o Brasil esteve de forma mais estável sob o domínio da Coroa Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII se compararmos com as conquistas no litoral da África Ocidental, onde os entrepostos comerciais eram constantemente atacados pelas lideranças locais. O controle e administração da colônia na América se fez através da nomeação pela Coroa de governadores-gerais desde o século XVI, responsáveis pela cobrança de tributos, pelo combate aos indígenas hostis e pela segurança dos colonos. Também eram procurados nos momentos de escassez de mão-de-obra, quando nesses casos os jesuítas os procuravam para denunciar o abuso de colonos que escravizavam indígenas.

Na América e na África as relações políticas estiveram baseadas na economia de mercês, marcada pela troca de favores entre o rei e seus súditos. Reproduzia-se nestes dois continentes a dinâmica de favorecimento daqueles que colaboravam com as pretensões portuguesas, assim como era prática do Antigo Regime.

Desde a restauração da dinastia Bragança e da autonomia da Coroa Portuguesa em 1640, os negócios no Atlântico, na costa oriental da África e na Índia passaram a ser conduzidos pelo recém-criado Conselho Ultramarino, que no começo do século seguinte estreitou os laços com a colônia americana em razão da descoberta de ouro na região das minas. A partir de então, a atenção da Coroa Portuguesa aos assuntos do Brasil seria redobrada, sobretudo durante o período paulista.

Economicamente, o Brasil foi organizado a partir de meados do século XVI em torno da monocultura de produtos agrícolas tropicais, em especial o açúcar e de modo marginal contou com um significativo desenvolvimento de setores ligados à prestação de serviços e a produção de alimentos destinados ao consumo interno, o que era incentivado pela Coroa, desejosa de estimular a autossuficiência da colônia.

2) A forma de trabalho mais comum desde o início do século XVII se tornou a escravidão de africanos, em parte devido à oposição que faziam os feitores à escravização dos nativos mas especialmente em razão das possibilidades de lucro com o comércio de africanos em larga escala. O acordo dos portugueses com as chefes locais africanas ~~foi~~ foi de suma importância para a manutenção do tráfico negreiro, que viria a se tornar um fator fundamental da exploração e colonização do Brasil. Além disso, o direito de atracar na costa africana foi fundamental desde o século XVI como rota comercial para os negócios ultramarinos no Oriente.

A partir do século XVIII, com a descoberta de ouro no Brasil a importação de mão-de-obra africana se tornou ainda mais intensa, assim como se tornou mais intenso todo fluxo comercial no Atlântico. Do Brasil partiam o açúcar da cana e ouro para Portugal, assim como as drogas do sertão. Também saiam do Brasil o tabaco, a cachaca e o ouro que serviam de moeda para compra de africanos. Na África para o Brasil, em troca, partiam homens e mulheres para trabalharem nos engenhos, nas cidades ou nas minas, além de feijão, madeira, couro e marfim destinados especialmente para o reino de Portugal. Da Ásia vinham vários especiarias e tecidos para Portugal. De Portugal partiam em geral produtos manufaturados que seriam comprados por um valor muito alto nas colônias enquanto os colonos eram obrigados a vender seus produtos com base em valores tabelados.

3) Se considerarmos a aula de história como espaço de construção pelo estudante de sua própria subjetividade, faz-se então necessário que o passado seja apresentado pelo professor em toda a sua pluralidade e multiface, oferecendo ao estudante a possibilidade de entrar em contato com os diferentes sujeitos históricos desse passado. Assim sendo, a aula pode estar estruturada em torno das diferentes demandas sociais e a atuação política desses grupos em favor de suas demandas. O período da história do Brasil entre 1945 e 1964 oferece uma oportunidade singular de observarmos como a arena política se abre em um período entre ditaduras, possibilitando a organização, articulação e atuação dos diferentes atores políticos e artistas dedicados a expor uma visão própria das contradições e antagonismos sociais e oferecer uma resposta aos problemas do país.

Em primeiro lugar, é preciso romper com as análises historiográficas majoritárias e maniqueístas que tendem a caracterizar a política no Brasil entre 1945 e 1964 como marcadamente populista, em que os movimentos sociais e as manifestações artísticas são entendidas via de regra como produto de manipulação das massas ou instrumento de manipulação, respectivamente. Um olhar mais minucioso e micro-analítico pode ajudar a superar esta perspectiva preconceituosa. Ao professor cabe a tarefa de apresentar aos estudantes os argumentos de todos os agentes envolvidos nas lutas políticas assim como permitir a investigação sobre as influências que atravessaram a trajetória dos artistas ou a quem sua obra se destina e com qual intuito. Nesse modo, o estudo sobre o movimento trabalhista pós-Estado Novo deve ser sensível às estratégias autônomas de luta buscadas pelos trabalhadores ainda que o trabalhismo tenha sido gerado no seio da ditadura e a Constituição de 1946 tenha mantido a estrutura sindical corporativista. A atuação do PTB pode ser analisada levando-se em consideração todo o período que vai de 1945 e 1964, para que seja possível observar a evolução do seu comportamento, ora a favor do governo ora quanto oposição.

Em segundo lugar, o estudo dos diferentes discursos políticos do período torna necessário o uso de fontes escritas ou imagéticas. Os movimentos sociais que se organizam politicamente neste contexto deixaram disponíveis diversos documentos como cartazes, propagandas, roupas com mensagens de cunho político e contestador, fotografias, vídeos, entre outros materiais que podem servir <sup>como</sup> material didático.

3) Nesse modo, os estudantes terão a oportunidade de avaliar e discutir sobre os argumentos utilizados pelos diferentes movimentos sociais, assim como poderão discutir sobre as estratégias possíveis naquele contexto histórico.

O uso de fontes não é somente importante para avaliarmos os discursos de diferentes movimentos sociais como a UNE, CNBB, CBT, os partidos políticos ou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964; também é importante que os estudantes sejam capazes de analisar as produções artísticas do período. Os filmes produzidos pelos diretores que representaram o Cinema Novo, os roteiros de peças teatrais escritas pelos dramaturgos do Teatro de Arena, as poesias recitadas nos CPCs da UNE, as obras de arte e poesias dos concretistas, e a música da Bossa Nova; todos são materiais valiosos à disposição do professor que quiser suscitar a discussão sobre as diferentes vozes e perspectivas que entraram em cena entre 1945 e 1964.

É importante, afinal, que o trabalho pedagógico com fontes históricas não se destine ao desenvolvimento de competências técnicas de análise próprias do ofício do historiador. Ao invés disso, ~~os~~ os documentos devem ser pensados como parte da estratégia de possibilitar aos estudantes o contato com as diferentes demandas a partir de argumentos próprios, evitando-se que estas demandas sejam simplesmente traduzidas pelo professor.